

Registo I_COM1XV/2023/120
de 18-07-2023

Exmo. Senhor

Rejeitado na reunião da CACDLG de
14 de setembro de 2023 com os votos
contra do PS, a favor do PSD e CH,
a abstenção do IL e do PCP,
na ausência do BE, PAN e L

Deputado Fernando Negrão

Dignm.º Presidente da Comissão de
Assuntos Constitucionais, Direitos
Liberdades e Garantias

ASSUNTO: Requerimento para Audição urgente do Sr. Ministro da Administração Interna.

Exmo. Sr. Presidente,

Na passada segunda-feira, o País tomou conhecimento pelos diversos meios de comunicação social que a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), desencadearam uma megaoperação visando uma presumível rede de imigração ilegal, com epicentro no Martim Moniz, em Lisboa, e ramificações, designadamente, na Margem Sul e em Vila Franca de Xira.

Esta rede utilizava a plataforma *online* SAPA (Sistema Automático de Pré-Agendamento do SEF), através da qual promovia a entrada de centenas de milhares de requerimentos e pedidos de entrevistas para migrantes que solicitavam autorização de residência com base em contrato de trabalho ou em mera promessa de contrato de trabalho.

A falta de capacidade de resposta da plataforma *online* tem permitido que milhares de migrantes circulem pela Europa com o pretexto de aguardarem entrevista com as autoridades portuguesas para efeitos de autorização de residência.

Esta fraude às regras Schengen, patrocinada pelo Estado português, coloca em risco a segurança de Portugal e de toda a União Europeia, visto que ninguém sabe exatamente quem são os migrantes que aguardam a legalização da sua permanência em Portugal, nem por onde andam.

É testemunho da preocupação dos nossos parceiros europeus com esta situação, sem dúvida, a presença de autoridades de França, Alemanha, Bélgica e Áustria, na megaoperação atrás

referida, na qual participaram ainda a Eurojust (Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal) e a Europol: com efeito, suspeita-se da existência de aproximadamente 300.000 imigrantes ilegais, que se introduziram em território europeu com recurso ao Sistema Automático de Pré-Agendamento do SEF.¹²

Trata-se de uma situação que envergonha Portugal, transmitindo uma ideia de irresponsabilidade e desleixo das autoridades nacionais, que não só não demonstram qualquer empenho no combate à imigração ilegal, como até a fomentam.

O CHEGA já alertou várias vezes para esta situação e tomou iniciativas para a contrariar, seja recorrendo aos instrumentos de fiscalização política da atividade do Governo que a Constituição e o Regimento lhe facultam, seja através de iniciativas legislativas que visaram revogar as alterações que as sucessivas maiorias de esquerda introduziram na Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, e que são diretamente responsáveis por este estado de coisas.

A questão não é de ser a favor ou contra a imigração: é antes uma questão de incumprimento das normas que regem o Espaço Schengen, que por seu turno gera uma questão de segurança nacional e europeia em razão da comprovada atividade criminosa praticada por redes de tráfico de seres humanos, que proliferam à custa do sofrimento de pessoas que vêm de países muito pobres, e que encontram na Europa a sua única esperança.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem solicitar à Comissão que encete as diligências necessárias à audição urgente do Sr. Ministro da Administração Interna.

Palácio de S. Bento, 18 de julho de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto

¹ [Migrantes em situação ilegal: megaoperação em Lisboa estende-se a França, já fez cerca de 10 detidos e há suspeitas sobre 300 mil casos](#)

² [Nove detidos. Lançada operação em Lisboa contra alegada rede de imigração ilegal](#)

Bruno Nunes